

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE RORAIMA - IFRR
CAMPUS BOA VISTA
PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO**

**SER TRANS, SER NÃO-BINÁRIE, SER ESTUDANTE: UMA ANÁLISE
BIBLIOGRÁFICA SOBRE O PAPEL DA SOCIOLOGIA NO COMBATE À
TRANSFOBIA E À EXCLUSÃO DE IDENTIDADES NÃO BINÁRIAS**

JOELMA DE CASTRO DA SILVA

ORIENTADOR: DR. FRANCISCO ROBERTO DINIZ ARAÚJO

RESUMO

Esta pesquisa busca compreender o papel do ensino de Sociologia no enfrentamento à transfobia e à exclusão de identidades não binárias no ambiente escolar. Reconhece-se que a escola, espaço central de socialização, frequentemente reproduz práticas de invisibilização e preconceito contra pessoas trans, o que reforça desigualdades sociais. A partir de revisão bibliográfica e fundamentação em autores como Butler (2009), Stryker (2021), Goffman (1988), Bourdieu (1992) e Xavier & Vianna (2023), o estudo analisa a construção social do gênero, a teoria do estigma e as violências simbólicas que atravessam vivências dissidentes. O trabalho também considera documentos oficiais, como a Constituição de 1988, a LDB e decisões do STF, que afirmam os direitos à igualdade e à dignidade humana. Organizado em eixos temáticos, o estudo pretende identificar práticas pedagógicas inclusivas que fortaleçam a cidadania e a democracia escolar. Assim, a investigação assume o compromisso com uma educação crítica e emancipatória, capaz de valorizar a pluralidade de experiências de gênero e promover um ambiente escolar mais justo e acolhedor.

Palavras chaves: Sociologia; transfobia; identidades não binárias; escola; inclusão.

ABSTRACT

This research aims to understand the role of Sociology teaching in addressing transphobia and the exclusion of non-binary identities within the school environment. The school, as a central space of socialization, often reproduces practices of invisibility and prejudice against trans people, reinforcing social inequalities. Based on a literature review and grounded in authors such as Butler (2009), Stryker (2021), Goffman (1988), Bourdieu (1992), and Xavier & Vianna (2023), the study analyzes the social construction of gender, stigma theory, and the symbolic violence experienced by dissident identities. It also considers official documents, such as the 1988 Brazilian Constitution, the LDB, and Supreme Court decisions that guarantee equality and human dignity. Organized around thematic axes, the research seeks to identify inclusive pedagogical practices that strengthen citizenship and democratic values within schools. In this sense, the study commits to a critical and emancipatory education, capable of valuing gender diversity and promoting a more just and welcoming educational environment.

Keywords: Sociology; transphobia; non-binary identities; school; inclusion.

1. INTRODUÇÃO

A escola, como principal meio para construção de um indivíduo crítico, que venha, futuramente, se posicionar como cidadão ativo e social, é retrato da diversidade que a sociedade apresenta em suas muitas formas. Esse ambiente é frequentemente um dos primeiros espaços de socialização em que pessoas trans e não binárias enfrentam preconceito, invisibilização e violência simbólica ou física. Assim, conduzir o aluno no processo de aceitar o diferente, presente na sua realidade cotidiana, é fundamental para construção de um ambiente acolhedor, longe de estereótipos e preconceitos.

No contexto do Ensino Médio, o componente curricular da Sociologia possui um enorme potencial transformador por permitir o questionamento das normas de gênero e a discussão de temas relacionados aos direitos humanos, identidade e diversidade. Nesse sentido, este projeto propõe analisar, a partir de uma revisão bibliográfica, como o ensino de Sociologia pode atuar no combate à transfobia e à exclusão de pessoas trans e não binárias no ambiente escolar, de forma que isso seja reflexo na sociedade.

Para compreender os processos de exclusão e estigmatização dentro do ambiente escolar, este estudo se apoia na teoria do estigma de Erving Goffman (1988), que analisa como certos indivíduos são socialmente marcados por características percebidas como desviantes, levando à marginalização. Goffman (1988) afirma que "A sociedade estabelece um modelo de categorias e tenta catalogar as pessoas conforme os atributos considerados comuns e naturais pelos membros dessa categoria" (1988, p. 11), fazendo compreender a tendência do humano de separar o diferente por não estar habituado a ele.

Considera-se assim o papel da escola de reforçar a abordagem de tais temas, afim de estimular nos alunos a busca por compreender o diferente e seus direitos garantidos tanto pela Constituição de 1988, onde o Art. 5º aponta que "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de nenhuma natureza [...]" e a LDB no Art. 58º que afirma "todos os seres humanos nascem livres e são iguais em dignidade e direitos". Além disso, em 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por criminalizar a transfobia, compreendendo que

o atual quadro de violência e discriminação contra a população LGBT tem tornado faticamente inviável o exercício dos direitos fundamentais à livre orientação sexual e à livre identidade de gênero das pessoas LGBT em razão do alto grau de violência e discriminação contra elas perpetradas na atualidade, donde inviabilizado, inclusive, o direito fundamental à segurança desta população. Entende que todas as formas de homofobia e transfobia devem ser punidas com o mesmo rigor aplicado atualmente pela Lei de Racismo, sob pena de hierarquização de opressões, decorrente da punição mais severa de determinada opressão relativamente a outra. (BRASIL, 2019).

Nesse sentido, a presente pesquisa, por meio das identidades de gênero propostas por Butler (2009), pretende investigar teorias sociológicas que discutem a construção social do gênero e suas implicações na educação, bem como compreender os desafios enfrentados por pessoas trans e não binárias no contexto escolar e identificar práticas pedagógicas que promovam a inclusão e o respeito à essa diversidade, refletindo sobre o papel crítico da Sociologia na formação de sujeitos mais conscientes, empáticos e respeitosos com a diversidade.

A pesquisa, de caráter qualitativo, baseia-se em revisão bibliográfica de obras acadêmicas, artigos e documentos oficiais, visando analisar o papel da Sociologia no enfrentamento à transfobia e à exclusão de identidades não binárias na escola. Amparada em autores como Butler (2009), Stryker (2021), Xavier & Vianna (2023), Bourdieu (1992) e

Goffman (1988), a análise será organizada em eixos temáticos que discutem a construção social do gênero, as violências sofridas por pessoas trans e não binárias, o papel do currículo de Sociologia na criação de propostas pedagógicas inclusivas.

Nesse caminho, assume-se com esse texto, o compromisso com uma educação inclusiva e crítica, capaz de combater estruturas discriminatórias historicamente reproduzidas no espaço escolar, contribuindo com o debate sobre formação docente e práticas pedagógicas que acolham a pluralidade de experiências de gênero, respeitando o direito de ser e existir de cada estudante. Com isso, ao se questionar como o ensino de Sociologia pode contribuir para o enfrentamento da transfobia e da exclusão de identidades não binárias nas escolas de educação básica, espera-se que este estudo forneça subsídios teóricos e práticos para a construção de um modelo educacional mais inclusivo, capaz de criar um espaço de acolhimento, respeito e valorização das diferenças. Nessa perspectiva, a investigação também se justifica pela necessidade de tensionar as práticas tradicionais de ensino que, muitas vezes, silenciam ou invisibilizam corpos dissidentes, reafirmando a urgência de uma abordagem pedagógica que não apenas reconheça, mas legitime e fortaleça a diversidade como elemento constitutivo da cidadania e da democracia escolar.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO GÊNERO E A PERFORMATIVIDADE

Em diferentes sociedades e épocas, as fronteiras do que é masculino e feminino apresentam variações notáveis, evidenciando como as formas de articulação entre corpo, papel social e identidade não são universais. Essas variações tornam implausível a hipótese de um status ontologicamente natural que explique, por si só, os papéis de gênero (Striker, 2021). Desse modo,

O que conta como um homem é diferente de um contexto para outro, e o que se conta como um homem muda ao longo do tempo, e os modos como a cultura pode relacionar as noções de diferenças masculinas e femininas às questões de papéis sociais e ao corpo também podem mudar com o tempo. Não há um status ontologicamente natural de macho-fêmea, o status de homem/mulher muda tanto quanto o que define algo como transgênero. Pensar seriamente sobre a historicidade de todas as categorias é importante, e a história trans pode nos ensinar sobre isso. (Stryker, 2021, p. 4).

A compreensão de gênero como uma construção social é um dos pilares fundamentais para se pensar a diversidade no contexto educacional. Distante de uma visão biologizante ou essencialista, a noção contemporânea de gênero entende que as identidades masculinas, femininas e outras formas dissidentes são moldadas social e historicamente por meio de normas, discursos e práticas culturais. Para Stryker e Whittle (2006), no livro *The Transgender Studies Reader*,

O processo de atribuição de gênero é, simultaneamente, um processo ahistórico e histórico. Ele é ahistórico no sentido de que as atribuições de gênero são feitas no curso de uma interação concreta e particular. É histórico no sentido de que cria e sustenta a atitude natural em relação ao gênero e, portanto, o gênero como uma característica permanente. A historicidade do gênero é constituída no decorrer da interação. Em interações contínuas, uma vez que uma atribuição de gênero foi feita, não é mais necessário continuar ‘fazendo o masculino’ ou ‘fazendo o feminino’. (176-177)

Seguindo essa linha teórica, o conceito de gênero, diferentemente de sexo biológico, é

compreendido como uma construção social, histórica e cultural. Beauvoir (1949) já havia antecipado esse entendimento ao afirmar que “não se nasce mulher, torna-se mulher”, indicando que as diferenças entre homens e mulheres não são naturais, mas produzidas pelas normas sociais e pelas relações de poder. Esse pensamento abriu caminho para teorias posteriores que consolidaram o gênero como categoria analítica.

Butler (2009), uma das principais referências nesse debate, introduz o conceito de performatividade de gênero, no qual o gênero não é algo que se “é”, mas algo que se “faz”, ou seja, um conjunto reiterado de atos corporais e linguísticos que produzem o efeito de uma identidade fixa. Para Butler (2009), o sistema cisheteronormativo impõe um ideal de coerência entre sexo, gênero e desejo, excluindo ou violentando as experiências que escapam dessa norma, como é o caso das pessoas trans e não binárias. Ela explica que

Se a verdade interna do gênero é uma fabricação, e se o gênero verdadeiro é uma fantasia instituída e inscrita sobre a superfície dos corpos, então parece que os gêneros não podem ser nem verdadeiros nem falsos, mas somente produzidos como efeitos da verdade de um discurso sobre a identidade primária e estável (Butler, 2009, p. 176).

Para a autora, gênero não é uma essência ou uma identidade fixa, mas um efeito de práticas discursivas reiteradas. Em outras palavras, gênero é performativo, tendo em vista que se constitui e se estabiliza por meio da repetição de atos, gestos, expressões e discursos que criam a ilusão de uma identidade coerente. Essa perspectiva rompe com a ideia de que o gênero é simplesmente uma construção cultural sobre um corpo sexuado, mostrando que ele é continuamente produzido nas interações sociais.

A noção de performatividade evidencia ainda que existem múltiplas formas de viver e expressar o gênero, abrindo espaço para identidades dissidentes, como pessoas trans e não binárias. No entanto, Butler (2002) também alerta que as normas de gênero são regulatórias: ao definir quais performances são inteligíveis, a sociedade exclui e marginaliza corpos e identidades que não se enquadram no binarismo homem/mulher. Nesse sentido,

Corpos que materializam subjetividades pouco aceitáveis no espectro de uma matriz de inteligibilidade que sinaliza os limites do esquema binário [...] experimentarão o desconforto de serem observados e comparados a partir dos modelos que compõem essa matriz (BUTLER, 2002 apud REIS; CASTRO, 2019).

Assim, a performatividade não apenas revela a fluidez do gênero, mas também denuncia os mecanismos de controle social que limitam sua expressão. Dessa forma, compreender o gênero como construção social e performativa significa reconhecer que ele não é dado pela biologia, mas continuamente produzido e regulado por práticas sociais e culturais. Esse entendimento é essencial para o combate à transfobia e à exclusão, especialmente no espaço escolar, que pode tanto reproduzir normas excludentes quanto constituir-se como ambiente de transformação, acolhimento e reconhecimento da diversidade.

No campo da educação, Louro (2014) reforça essa perspectiva ao destacar que a escola é um dos espaços privilegiados para a reprodução de normas de gênero, mas também pode se tornar um ambiente de questionamento e subversão dessas normas. Ao discutir a ideia de “corpos estranhos”, Louro enfatiza que as experiências que fogem das expectativas de gênero binárias muitas vezes são tratadas como ameaças à ordem escolar, gerando exclusão, violência simbólica ou silenciamento. É nesse sentido que Xavier & Vianna (2023) apontam como

Sujeitos que constroem a sexualidade ou a identidade de gênero de maneira normativa,

ou seja, em correspondência ao sexo designa do, e reproduzem comportamentos esperados dentro da lógica binária feminino/masculino costumam desfrutar de posição privilegiada em relação àqueles que vivem os processos de construção identitária de forma não normativa. Por outro lado, o privilégio de determinado grupo se transforma em processos de exclusão e abjeção para outros grupos que, ao transgredirem esses modelos previamente dados, não só ficam marcados negativamente, como são privados de direitos. (p. 8).

Assim, o ensino de Sociologia, ao explorar criticamente os conceitos de identidade, poder e norma, pode contribuir para desnaturalizar os discursos que sustentam a transfobia e a marginalização das identidades não binárias, promovendo uma educação mais plural, crítica e inclusiva, e fugindo de um ideal que faz da escolarização desse grupo “inconclusa, precária ou até mesmo inexistente” (Xavier; Vianna, 2023, p. 8).

2.2 VIOLÊNCIA DE GÊNERO, TRANSFOBIA E EXCLUSÃO ESCOLAR

A escola, espaço de formação cidadã e promoção da igualdade, na prática, pode reproduzir desigualdades e exclusões, muitas vezes de maneira velada. O sociólogo Bourdieu (1992) denomina esse fenômeno de “violência simbólica”, um tipo de dominação que se exerce de forma invisível, por meio de práticas cotidianas, discursos e estruturas que naturalizam hierarquias sociais. No caso de alunos trans e não binários, a violência simbólica está presente em diferentes dimensões da vida escolar, gerando impactos significativos em sua trajetória educacional. Xavier e Vianna (2023) apontam que

As primeiras experiências escolares aproximam-se, em muitos aspectos, sobretudo quando a escola se revela um ambiente hostil, levando à crença de que há uma única e legítima forma de vivenciar feminilidades e/ou masculinidades não hegemônicas. (p. 8).

Dessa forma, é possível observar como a transfobia manifesta-se tanto de forma direta (por meio de insultos, agressões e perseguições), quanto de forma estrutural e institucional, por meio da invisibilização de identidades de gênero não normativas nos currículos, documentos escolares, banheiros e práticas pedagógicas. Butler (2011), em *Vida precária*, destaca que o corpo trans, ao não corresponder à lógica binária de gênero, torna-se um corpo "objeto", alvo de controle, vigilância e punição. De acordo com Xavier e Vianna (2023)

Vários estudos relatam persistentes preconceitos, ameaças e agressões físicas direcionadas a estudantes LGBTI nas escolas brasileiras. Levantamento da Associação Brasileira de Lésbica, Gays, Bissexuais e Transexuais (ABLGT, 2016) mostra que 73% dos estudantes não heterossexuais já foram agredidos verbalmente na escola, e a menção às agressões físicas foi de um a cada quatro estudantes. (p. 4).

Isso se traduz ainda mais em processos de exclusão simbólica e material: uso do nome civil, ausência de representatividade nos conteúdos didáticos e falta de preparo dos docentes para lidar com questões de diversidade de gênero. Xavier e Vianna (2023) afirmam também que essa comunidade “vem enfrentando uma série de problemas quanto ao reconhecimento e à efetivação de seus direitos à educação em uma sociedade ancorada fortemente na heteronormatividade” (p. 2). Esta compreensão é reafirmada por Bourdieu (1998), ao argumentar que

para que sejam favorecidos os mais favorecidos e desfavorecidos os mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais. (p. 53).

É nesse sentido que a transfobia escolar contribui diretamente para o aumento da evasão de pessoas trans e não binárias, muitas vezes por não encontrarem um ambiente minimamente seguro ou acolhedor, além de afetar gravemente sua saúde mental e autoestima. É neste cenário que o ensino de Sociologia pode funcionar como um espaço de resistência e transformação, ao permitir que essas questões sejam discutidas com base em dados, teorias críticas e experiências concretas.

A partir desses princípios, é possível pensar em práticas pedagógicas que não apenas acolham, mas também celebrem as existências trans e não binárias como legítimas e enriquecedoras para o processo educativo. A Sociologia, enquanto disciplina voltada à compreensão crítica das relações sociais, oferece ferramentas para que estudantes reflitam sobre as desigualdades estruturais e compreendam a transfobia como um fenômeno social que deve ser combatido coletivamente, principalmente para a construção de uma escola que não

assume uma postura de ocultamento em relação às experiências de discriminação ou de reiteração de processos normatizadores baseados na matriz heterossexual, numa tentativa de encaixar os dissidentes na norma [...] (Xavier; Vianna, 2023, p. 8).

Tais formas de discriminação não são naturais ou inevitáveis, mas resultam de construções históricas, culturais e sociais que estabeleceram normas rígidas sobre o que significa ser homem ou mulher. Ao problematizar essas construções, a Sociologia possibilita o questionamento de desigualdades e a valorização da diversidade, especialmente no contexto escolar.

A teoria do estigma de Erving Goffman (1988) oferece importantes ferramentas conceituais para compreender esse fenômeno, ao analisar como determinados sujeitos, por não corresponderem às normas sociais estabelecidas, são marginalizados e classificados como “desviantes”. A não conformidade com tais padrões gera processos de exclusão que vão desde o uso compulsório do nome civil até a recusa em reconhecer identidades de gênero diversas. Essas práticas não apenas negam a legitimidade da experiência desses sujeitos, como também reforçam mecanismos de poder que sustentam a hierarquia social. Segundo Goffman (1988),

acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida: Construimos uma teoria do estigma; uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa [...] (p. 8).

Para o autor, o estigma é construído socialmente como uma marca que desqualifica o indivíduo, reduzindo-o a uma identidade deteriorada diante dos outros. No caso de estudantes trans e não binários, essa marca se evidencia na imposição da cisnormatividade e da heteronormatividade, que definem padrões rígidos de gênero e sexualidade considerados “naturais” e “legítimos”, evidenciando até mesmo o corpo como

um texto socialmente construído, um arquivo vivo da história do processo de produção-reprodução sexual. Neste processo, certos códigos naturalizam-se, outros, são ofuscados ou/e sistematicamente eliminados, posto às margens do humanamente aceitável. (Bento,

2006, p. 84).

Visto que pensamento sociológico demonstra que a identidade de gênero é uma construção social, e não uma determinação biológica, compreender a transfobia significa perceber que ela surge da tentativa de impor uma visão fixa e binária de gênero, excluindo pessoas trans e não binárias que desafiam essas normas. Esse conceito é essencial para entender como a transfobia se articula com relações de poder, reforçando desigualdades sociais.

As violências contra pessoas trans e não binárias não se limitam às agressões físicas, mas se expressam de forma mais profunda e cotidiana nas dimensões simbólicas e estruturais. A violência simbólica, conforme Bourdieu (1992), é aquela que se exerce de modo invisível, por meio de discursos, práticas institucionais e normas que naturalizam a exclusão. No caso de pessoas trans e não binárias, isso se manifesta em atitudes como a recusa do uso do nome social, piadas que deslegitimam identidades e materiais didáticos que reforcem uma visão binária do gênero. Para o autor

o maior efeito da violência simbólica exercida pela escola não é a perda cultural familiar e a inculcação de uma nova cultura exógena (mesmo porque essa inculcação, como já se viu, seria prejudicada pela falta de condições necessárias à sua recepção), mas o reconhecimento, por parte dos membros dessa camada, da superioridade e legitimidade da cultura dominante. Esse reconhecimento se traduziria numa desvalorização do saber e do saber-fazer tradicionais por exemplo, da medicina, da arte e da linguagem populares, e mesmo do direito consuetudinário- em favor do saber e do saber-fazer socialmente legitimados. (Bourdieu, 1992, p.52).

Dessa forma, a transfobia no ambiente escolar não é apenas um problema individual, mas parte de uma lógica social mais ampla que mantém hierarquias de gênero. Ao incorporar esse temas no currículo de Sociologia, e escola se torna um espaço de discussão da diversidade, não apenas na teoria, mas prática de uma disciplina que permite aos estudantes compreender como as normas de gênero são construídas historicamente, reconhecer a transfobia como forma de violência social e desenvolver uma postura crítica diante das injustiças.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa possui caráter qualitativo e está fundamentada na revisão bibliográfica, com o objetivo de analisar teoricamente o papel do ensino de Sociologia no enfrentamento à transfobia e à exclusão de identidades não binárias no contexto escolar. A escolha por uma abordagem qualitativa se justifica pela natureza interpretativa da investigação, que busca compreender representações, discursos e práticas pedagógicas relacionadas à diversidade de gênero.

A revisão bibliográfica será realizada por meio da leitura, análise e sistematização de obras acadêmicas, artigos científicos, dissertações, teses e documentos oficiais (como as Diretrizes Curriculares Nacionais, a BNCC e legislações sobre diversidade de gênero e direitos humanos na educação). Os textos serão selecionados com base em critérios de relevância temática, atualidade e contribuição para a discussão teórica sobre gênero, educação e Sociologia crítica.

A pesquisa se orientará por autores que tratam da construção social do gênero, como Butler (2009) e Stryker (2021), das pesquisas de vivências trans e não-binárias no contexto escolar, em autores como Xavier & Vianna (2023), bem como o conceito de violência simbólica proposto por Bourdieu (1992) e a teoria do estigma de Goffman (1988). Também serão

considerados estudos que abordam a prática docente no ensino médio e o papel da Sociologia como disciplina formadora de sujeitos críticos.

A sistematização dos dados será feita a partir de eixos temáticos, que emergirão da leitura do material selecionado, tais como:

- A construção social do gênero e suas implicações escolares;
- As violências simbólicas e estruturais contra pessoas trans e não binárias;
- O papel do currículo e da Sociologia na formação cidadã;
- Propostas pedagógicas inclusivas e antitransfóbicas.

A sistematização dos dados ocorrerá de forma crítica e interpretativa, priorizando o diálogo entre as diferentes fontes e a construção de uma análise que aponte os desafios, mas também as possibilidades, de uma prática pedagógica comprometida com a equidade de gênero e a valorização das identidades dissidentes, compreendendo os desafios enfrentados por educadores e estudantes, além de apontar caminhos para a construção de uma prática pedagógica comprometida com os direitos humanos. Assim, a metodologia busca não apenas mapear e compreender as problemáticas relacionadas à transfobia no contexto escolar, mas também contribuir para a elaboração de propostas que tornem o ensino de Sociologia um instrumento efetivo de inclusão e transformação social.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A invisibilidade das temáticas voltadas à sexualidade e, em especial, às identidades de gênero não normativas, permanece como um dos principais fatores de exclusão no ambiente escolar. A fundamentação teórica proposta nesse trabalho reforça como abordar tais questões muitas vezes gera desconforto e resistência por parte de atores escolares, que, ao tentarem reafirmar normas cisheteronormativas, acabam reforçando desigualdades históricas. Esse movimento confirma que a escola, embora devesse ser espaço de cidadania, acaba por atuar na manutenção de hierarquias sociais. Isso é afirmado por Xavier e Vianna (2023), compreendendo que

a invisibilidade da temática da sexualidade, estritamente das sexualidades consideradas inconformes, pode muitas vezes gerar pânico e recusa de atores escolares que tentam reiterar cada vez mais a norma e, desta feita, fortalecer a manutenção das desigualdades. A escola é um lugar onde há disputas curriculares que determinam o tipo de cidadania a ser instituída. Para além das questões curriculares, nesse espaço, circulam discursos que influenciam os processos de ensino e aprendizagem, além de ser o local onde são estabelecidos critérios em acordo com esses discursos. (p. 12)

Nesse processo, a disputa curricular é central, visto que o currículo não é neutro e seleciona saberes, definindo, assim, quais sujeitos e identidades são reconhecidos como legítimos. A marginalização dessas existências demonstra que determinados conhecimentos e experiências seguem sendo tratados como abjetos, termo que remete àquilo que é rejeitado socialmente, como apontam Butler (2009), Goffman (1988) e Boudieu (1991). Dessa forma, o silenciamento compromete o direito à educação plena e equitativa, visto que determinados grupos, em especial, pessoas trans e não binárias, que continuam sendo privados de oportunidades iguais de aprendizagem e reconhecimento.

Outro aspecto relevante observado é que a exclusão não se limita ao âmbito curricular, mas também se expressa nos discursos e práticas cotidianas da escola. Ao reiterar padrões cisheteronormativos, a instituição impõe condutas restritivas aos jovens, limitando a diversidade de formas de existir e se expressar. Assim, “a escola, que deveria ser um espaço de promoção da cidadania, acaba se tornando um espaço que deve ser problematizado por excluir e marginalizar determinados sujeitos.” (Xavier; Vianna, 2023, p. 13).

Nesse ponto, a própria BNCC (2018) surge como instrumento fundamental para reverter esse cenário, ao propor competências gerais que incluem a valorização da diversidade cultural, a empatia, o diálogo e a cooperação (Competência Geral 9). Ao estimular o respeito às diferenças e a formação para a cidadania, a BNCC oferece respaldo normativo para que a escola incorpore, de forma crítica, debates sobre gênero e sexualidade. Além disso, nos componentes de Ciências Humanas e Linguagens, a BNCC enfatiza o desenvolvimento do pensamento crítico e da análise das relações sociais, criando condições para questionar a naturalização da heteronormatividade e promover práticas pedagógicas inclusivas, conforme a afirmação abaixo

Compromisso educativo tem como base as ideias de justiça, solidariedade, autonomia, liberdade de pensamento e de escolha, ou seja, a compreensão e o reconhecimento das diferenças, o respeito aos direitos humanos e à interculturalidade, e o combate aos preconceitos de qualquer natureza. (BRASIL, 2018, p. 561).

Para que esse processo seja efetivo, é necessário implementar propostas pedagógicas inclusivas e antitransfóbicas. Isso implica rever materiais didáticos, garantindo representações positivas de pessoas trans e não binárias, além de adotar políticas escolares que assegurem o uso do nome social e do banheiro correspondente à identidade de gênero. Atividades interdisciplinares que articulem literatura, artes e ciências humanas podem ampliar a visibilidade das diversidades de gênero, fomentando empatia e respeito. Assim,

Se a educação foi e é um direito negado historicamente a determinados grupos, o continuará sendo enquanto não houver igualdade de oportunidades, sobretudo para aqueles e aquelas historicamente marcados pela eliminação. O mesmo vale enquanto os saberes, conhecimentos e práticas de pessoas tratadas como abjetas não forem consideradas nos processos educacionais. (Xavier; Vianna, 2023, p. 19)

Para que isso ocorra, a formação continuada de professores também é essencial, de modo que educadores estejam preparados para lidar com o tema de forma crítica e ética, bem como a BNCC, não apenas como um documento regulador, mas quando implementada de forma crítica, serve de base curricular e ferramenta da democratização do acesso ao conhecimento. Dessa forma, a escola pode deixar de ser apenas um espaço de reprodução de desigualdades e se tornar ambiente de resistência, acolhimento e reconhecimento das múltiplas formas de viver o gênero e a sexualidade, não se limitando apenas ao

“saber conviver”, mas considerar que a humanidade se organiza e se estrutura na e pela diferença. Se tivermos essa premissa evidente, talvez possamos inverter a lógica: não se trata de identificar “o estranho” como “o diferente”, mas de pensar que estranho é ser igual e na intensa e reiterada violência despendida para se produzir o hegemônico transfigurado em uma igualdade natural. (Bento, 2016, p. 556).

Em síntese, embora a escola ainda funcione como espaço de exclusão e invisibilização das identidades não normativas, a BNCC oferece caminhos possíveis para a superação da heteronormatividade. A abertura curricular e a incorporação dos saberes e vivências historicamente marginalizados, quando articuladas às competências gerais do documento,

constituem estratégias possíveis e necessárias para a construção de uma educação mais democrática, crítica e inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, torna-se evidente que a escola, enquanto espaço privilegiado de socialização e formação cidadã, não pode se furtar ao compromisso de enfrentar a transfobia e a exclusão de identidades não binárias. A partir do aporte teórico bem fundamentado, este estudo demonstrou que a Sociologia, como componente curricular do Ensino Médio, possui um papel estratégico no estímulo ao pensamento crítico, no questionamento das normas de gênero e na promoção de práticas pedagógicas inclusivas.

As trajetórias de pessoas trans e não binárias ao longo do tempo mostram como normas legais e sociais definiram e categorizaram identidades e corpos dissidentes, além de evidenciar como lutas políticas e culturais reconfiguraram essas existências. Estudar a história trans não apenas reconstitui experiências marginalizadas, mas revela as regras em ação que tornam certos modos de existir legíveis e outros abjetos.

Ao analisar a construção social do gênero, as violências simbólicas e estruturais e os impactos da heteronormatividade na vida escolar, constatou-se que a ausência de debates sobre diversidade contribui para a perpetuação de preconceitos e para o silenciamento de estudantes trans e não binários. Em contrapartida, a inserção de conteúdos que valorizem os direitos humanos e a pluralidade de identidades pode fortalecer a formação de sujeitos mais conscientes, empáticos e capazes de transformar a realidade social.

Assim, reafirma-se a necessidade de compreender o ensino de Sociologia não apenas como um campo de transmissão de conhecimento, mas como uma prática crítica, emancipadora e comprometida com a dignidade humana. Ao se articular teoria e prática pedagógica, é possível construir um modelo educacional que acolha, respeite e valorize a diversidade, tornando a escola um espaço de equidade e justiça social para todos os estudantes.

Portanto, o enfrentamento à transfobia na escola exige compreender a complexidade das violências simbólicas e estruturais, reconhecer o poder formativo do currículo e da Sociologia e, sobretudo, investir em práticas pedagógicas inclusivas. A educação, quando comprometida com os direitos humanos, transforma-se em um instrumento de emancipação social e em um caminho para a construção de uma sociedade mais justa, plural e democrática.

REFERÊNCIAS

ABLGT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. **Relatório de violência homofóbica no Brasil: ano de 2016**. Brasília: ABLGT, 2016.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. (Obra original publicada em 1949).

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. São Paulo: Garamond, 2006.

BENTO, B. **“Políticas da diferença: gênero, sexualidade e corpo na experiência**

transexual". Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 31, n. 2, p. 341-363, 2016. 6. Barbosa, Inaê.

BOURDIEU, Pierre. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

BUTLER, Judith. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 15. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2010.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2021.

REIS, Toni; CASTRO, Luiza Helena. **Manual de comunicação LGBTI+**. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI; GayLatino, 2019.

XAVIER, Thais Pimentel de Oliveira; VIANNA, Cláudia. **A educação de pessoas trans: relatos de exclusão, abjeção e luta**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 48, e124022, 2023.

STRYKER, S. História Transgênero. Tradução de Jimy Rangel. São Paulo: Editora Todavia, 2021.

STRYKER, S.; WHITTLE, S. (orgs.). The Transgender Studies Reader. New York: Routledge, 2006.

Referências Jurídicas e Normativas

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão n. 26/DF e Mandado de Injunção n. 4733/DF. Rel. Min. Celso de Mello. Julgamento em 13 jun. 2019. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br>.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2015**. Estabelece orientações para garantir os direitos de pessoas LGBTQI no ambiente escolar. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/lgbt/resolucoes>. Acesso em: 2 ago. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 2 ago. 2025.